

ATA NÚMERO 93

Reunião do Grupo de trabalho sobre Pesca de Pelágicos

17 de setembro de 2025 - Híbrido

09h00 (hora local) | INT: PT, FR, ESP e ING.

Introdução. Natureza da reunião

Às 09 horas do dia 17 de setembro de 2025 reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) de forma híbrida, com interpretação simultânea em português, francês, espanhol e inglês.

1. Boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho e aprovação da ordem do dia;

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) presidente do grupo de trabalho de pesca de pelágicos deu início à reunião e deu as boas-vindas a todos os participantes, tanto presencialmente como por videoconferência, referindo que era um prazer recebê-los na terra onde tinha nascido e crescido. Apresentou a agenda para aquela reunião que foi aprovada por unanimidade.

2. Informações administrativas;

A Secretária-geral afirmou que tinham vários observadores tanto presencialmente como através de videoconferência, a Sra. Iris Ziegler, o Sr. Edelmiro Ulloa, a Sra. Juana Parada, a Sra. Christine Xu, a Sra. Fernanda Marrero Escudero, a Sra. Élie Touzé, a Sra. Mirella Meraut Laurence, a Sra. Montserrat Gimeno Ortiz, o Sr. Rui Catarino e a Sra. Lisandra Sousa. Informou ainda que a reunião estava a ser gravada para efeitos de ata e que havia interpretação em português, francês, espanhol e inglês.

3. Estado das unidades populacionais e impacte das alterações climáticas na migração pelágica, no âmbito da ICCAT: Kelly Kryc – (International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas - ICCAT)

A Sra. Kelly Kryc referiu que iria fazer uma apresentação sobre o Estado das unidades populacionais e impacte das alterações climáticas na migração pelágica, no âmbito da ICCAT, enquadrando o tema na reflexão mais ampla sobre as respostas das organizações regionais de gestão das pescas (RFMOs) às alterações climáticas. Recordou, a este propósito, alguns dos trabalhos científicos recentes que analisam os efeitos do aquecimento global na distribuição e dinâmica dos recursos marinhos. Referiu que estes trabalhos científicos ilustram bem a forma

como as alterações climáticas estão a afetar a distribuição das espécies pelágicas de grande porte e, conseqüentemente, a atividade das frotas altamente migratórias. No plano institucional, a Sra. Kelly Kryc apresentou um panorama das principais RFMOs que já começaram a integrar o tema das alterações climáticas no seu trabalho, sublinhando que, embora os níveis de avanço sejam desiguais entre organizações, existe uma tendência clara para reconhecer que o clima constitui um fator estruturante para a gestão futura das pescas internacionais. Em seguida, descreveu o enquadramento específico da ICCAT em matéria de alterações climáticas. Recordou que, em 2022, a ICCAT adotou uma Resolução sobre Alterações Climáticas, na qual as Partes acordaram: considerar os potenciais impactes das alterações climáticas nas espécies-alvo e não-alvo geridas pela ICCAT; ter em conta a melhor informação científica e o melhor aconselhamento disponíveis sobre esses impactes; ponderar ações destinadas a reduzir ou mitigar os efeitos das alterações climáticas nas atividades de pesca; e convocar, em 2023, um Grupo Conjunto de Peritos sobre Alterações Climáticas, em formato virtual, para apoiar este trabalho. Explicou que o Grupo Conjunto de Peritos sobre Alterações Climáticas da ICCAT se reuniu pela primeira vez em 2023, com vários objetivos, nomeadamente: rever o estado atual do conhecimento e da informação disponível; identificar lacunas de dados e outros desafios, bem como necessidades e oportunidades de investigação; considerar ações que possam reduzir ou mitigar os impactes das alterações climáticas nas atividades de pesca; elaborar um plano de trabalho para orientar o trabalho da ICCAT nesta matéria; e formular recomendações sobre ações futuras. Informou que, apesar dos progressos realizados, não foi possível finalizar o plano de trabalho nessa primeira reunião. No entanto, a reunião anual da ICCAT acordou em prosseguir com o Grupo Conjunto em 2024, com base num exercício de análise de balanço/levantamento (“*stock-take*”) para consolidar a informação existente. Relativamente a 2024, indicou que as reuniões do Grupo Conjunto de Peritos tiveram como principais metas rever os resultados da referida análise de “*stock-take*” e continuar a desenvolver o Plano de Ação da ICCAT para as Alterações Climáticas. Destacou que, na reunião anual da ICCAT de 2024, este Plano de Ação foi formalmente adotado e foi criado um grupo de trabalho permanente dedicado a facilitar o diálogo entre cientistas das pescas e decisores de gestão no seio da organização, com o objetivo de assegurar uma integração mais sistemática das questões climáticas nas decisões de gestão das unidades populacionais. Apresentou ainda os elementos centrais do Plano de Ação para 2025, explicando que, no âmbito do *Standing Committee on Research and Statistics* (SCRS), as alterações climáticas passaram a constituir um ponto permanente da ordem de trabalhos, tanto nos órgãos subsidiários como nas sessões plenárias, com o objetivo de identificar oportunidades para incorporar de forma mais sistemática as considerações climáticas no trabalho científico da ICCAT e iniciar um processo iterativo, destinado a identificar questões prioritárias em matéria de clima. Este processo está igualmente ligado ao desenvolvimento de modelos de gestão baseados em simulação *Management Strategy*

Evaluation (MSE) e à elaboração de regras de controlo de exploração (*harvest control rules*) e medidas de gestão que tenham em conta os cenários de alteração climática. Do lado da da ICCAT, referiu que as alterações climáticas passam também a constar como ponto permanente na ordem de trabalhos das sessões plenárias, permitindo que os membros revejam e forneçam comentários sobre as prioridades relacionadas com o clima, definidas no contexto do trabalho científico. Sublinhou que esta abordagem pretende criar um ciclo contínuo de troca de informação entre ciência e gestão, com vista a assegurar que os impactes das alterações climáticas sobre as unidades populacionais pelágicas altamente migratórias sejam considerados de forma sistemática na tomada de decisão. Por fim, para fins de comparação e enquadramento mais amplo, a Sra. Kelly Kryc apresentou breves exemplos de ações desenvolvidas por outras RFMOs, referindo, em particular, o *Climate Change Workplan* da Comissão das Pescas do Pacífico Ocidental e Central (WCPFC), que inclui avaliações de risco e vulnerabilidade, ilustrando que várias organizações regionais estão a avançar com planos de trabalho específicos para integrar as alterações climáticas na gestão das pescas. Encerrou a sua intervenção agradecendo a atenção dos participantes e colocando-se à disposição para responder a questões adicionais. Questionou ainda se o seu colega, Sr. Craig Brown gostaria de acrescentar alguma nota.

O Sr. Craig Brown agradeceu a apresentação e referiu que a sua colega tinha abordado de forma muito completa os principais aspetos relacionados com o impacte das alterações climáticas nas pescarias geridas pela ICCAT. Acrescentou que, no contexto dos trabalhos atuais, o Plenário do SCRS passou a incluir na sua ordem de trabalhos um ponto específico dedicado às alterações climáticas. Recordou que, no ano anterior, foi relançado o diálogo entre cientistas e gestores de pescas no âmbito do Grupo de Trabalho Permanente para Reforçar o Diálogo entre Cientistas das Pescas e Gestores (SWGSM), sublinhando que uma parte desse diálogo incidiu precisamente sobre as questões climáticas. Referiu ainda que o SCRS se encontra a elaborar um novo Plano Estratégico de Ciência (*SCRS Science Strategic Plan 2026-2031*), cujo processo de elaboração estão a ser consideradas e integradas as questões relacionadas com as alterações climáticas, em linha com o Plano de Ação da ICCAT sobre Alterações Climáticas.

Perguntas e Respostas:

O Sr. David Pavón agradeceu à Sra. Kelly Kryc pela excelente apresentação e perguntou se algum dos membros desejava colocar questões adicionais. Acrescentou que os efeitos das alterações climáticas são inegáveis e constituem uma responsabilidade coletiva, tanto enquanto cidadãos como enquanto agentes responsáveis pelo meio que nos rodeia e pelas comunidades

costeiras. Sublinhou que estas transformações representam um desafio significativo para os pescadores das RUP, dadas as especificidades próprias das Regiões Ultraperiféricas e a dificuldade acrescida em se adaptarem a estas mudanças. Colocou ainda duas questões. A primeira dizia respeito aos primeiros gráficos apresentados: referiu que a linha mostrada parecia apenas subir de forma contínua, sem apresentar as flutuações que normalmente se observam em séries temporais deste tipo, e perguntou se estes valores representam uma tendência real ou se poderão corresponder apenas a um ponto extremo dentro de uma variabilidade natural. A segunda questão relacionou-se com o ritmo das alterações observadas, questionando se a velocidade dessa evolução é efetivamente exponencial.

O Sr. Jorge Gonçalves (*Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores*) agradeceu a excelente apresentação e colocou duas questões, ainda que reconhecendo que não estavam diretamente relacionadas com espécies pelágicas. Referiu que era evidente que o oceano estava a manifestar transformações muito significativas face ao passado, algo que, enquanto pescador desde os 16 anos, observava de forma particularmente clara. Sublinhou que, por vezes, todos os problemas que surgiam no meio marinho eram automaticamente atribuídos às práticas dos pescadores, quando tal nem sempre correspondia à realidade. Acrescentou que a acidificação dos oceanos era um fenómeno real, mas que existia igualmente a necessidade de refletir sobre o papel das ETAR e de outros sistemas de tratamento de efluentes que, apesar de filtrarem parte dos resíduos, acabavam por descarregar no oceano substâncias potencialmente prejudiciais. Assinalou que aquelas descargas podiam provocar alterações nos processos reprodutivos da fauna marinha, incluindo situações de infertilidade, e que aqueles impactes eram visíveis nas zonas costeiras próximas das ETAR. Concluiu perguntando qual devia ser, na perspetiva da Sra. Kelly, o papel do setor das pescas naquele processo de adaptação às alterações climáticas, reiterando que, na sua opinião, algumas das anomalias observadas não tinham origem na atividade pesqueira, mas sim noutros fatores externos.

O Sr. Pedro Capela (*Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores*) questionou que, embora se falasse muito sobre as alterações climáticas e a interferência que tinham na atividade da pesca, importava perceber de que forma aqueles fenómenos influenciavam concretamente a avaliação das unidades populacionais.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) referiu que pretendia reforçar a intervenção do Sr. Jorge Gonçalves, salientando que, com frequência, se atribuía ao setor das pescas a responsabilidade pela diminuição das unidades populacionais e por outros fenómenos observados no meio marinho. Considerou importante recordar que existia também uma quantidade muito significativa de tráfego marítimo, incluindo grandes petroleiros, bem como outros fatores de pressão, como a proliferação de sargaço que invadia zonas costeiras

e afetava a sobrevivência de diversas espécies. Acrescentou ainda a problemática do lixo marinho. Questionou, por fim, se a abordagem às alterações climáticas adotada no âmbito da ICCAT contemplava igualmente aquele tipo de questões e, em particular, os impactes associados ao lixo marinho e a outras fontes de poluição de origem não pesqueira.

A Sra. Kelly Kryc agradeceu todas as perguntas colocadas e, relativamente à primeira questão sobre a ausência de flutuações nos primeiros gráficos apresentados, explicou que as flutuações são, de facto, um comportamento normal do oceano, que é um meio dinâmico e sujeito a variações desde a sua formação. No entanto, sublinhou que, para além dessa variabilidade natural, o que os dados mostravam atualmente era uma tendência de fundo muito clara: o oceano estava a ficar progressivamente mais quente e existia um ponto a partir do qual deixaria de se conseguir absorver tanto calor adicional. Acrescentou que, naquele momento, grande parte das mudanças que observavam no oceano resultava do facto de estar a compensar o excesso de calor e de dióxido de carbono provenientes da atmosfera, funcionando como um “amortecedor” que tinha contribuído para manter a Terra habitável. Contudo, aquele processo estava a provocar alterações químicas e físicas importantes, designadamente na quantidade de oxigénio dissolvido na água e na forma como as correntes oceânicas se organizavam e se deslocavam. Sublinhou que isso significava que as condições oceanográficas que os pescadores sempre conheceram ao longo da sua vida estavam a mudar de forma estrutural. A Sra. Kelly Kryc referiu ainda que existia uma diferença muito significativa nas escalas temporais de resposta da atmosfera e do oceano: enquanto a atmosfera podia misturar-se e ajustar-se em cerca de um ano, o oceano podia demorar centenas ou mesmo milhares de anos a responder plenamente. Por essa razão, mesmo que a atmosfera mudasse mais rapidamente, muitas das alterações atualmente observadas no oceano deveriam ser entendidas como sinais de muito longo prazo, com efeitos que se projetavam no futuro. Em resposta à intervenção do Sr. Jorge Gonçalves, a Sra. Kelly Kryc reconheceu que muitos setores da sociedade já estavam a experienciar os efeitos das alterações climáticas, mas sublinhou que as pescas deviam ser vistas também como parte da solução. Recordou que, quando se comparava a pegada de carbono de diferentes fontes de proteína animal, os produtos da pesca apresentavam, em geral, valores mais baixos do que outras carnes, como frango ou porco. Relativamente à questão do tratamento de águas residuais, enfatizou que tudo o que fazemos em terra está interligado com o oceano. Explicou que os efluentes descarregados no meio marinho podiam provocar alterações localizadas no PH e nos níveis de oxigénio, com efeitos diretos sobre os peixes e outros organismos. Acrescentou que uma parte significativa desses efluentes continha resíduos farmacêuticos e que, atualmente, ainda não existia um conhecimento suficientemente robusto sobre o que acontecia quando os peixes eram expostos aquelas substâncias, nem sobre a melhor forma de mitigar esses impactes. Salientou que existiam soluções que tinham de ser implementadas em terra, ao nível do tratamento de águas e da redução da poluição, e que se

inseriam numa conversa mais ampla, que decorria há décadas, sobre como mitigar as alterações climáticas. Enquanto cientista de clima, referiu que, na sua perspetiva, os progressos globais nesta frente têm sido limitados, o que implica que o setor das pescas e as entidades de gestão terão de continuar a adaptar-se e a gerir os impactes no oceano enquanto as grandes decisões de política climática não produzirem os resultados necessários. Em relação à pergunta sobre a forma como as alterações climáticas afetavam a avaliação das unidades populacionais, esclareceu que não era bióloga das pescas e que, por esse motivo, remeteria uma parte da resposta para outros peritos presentes na sala. Ainda assim, sublinhou que, em termos gerais, os peixes tendem a deslocar-se para as condições ambientais que lhes são mais favoráveis sempre que isso lhes é possível, em particular no caso das espécies altamente migratórias. Essas deslocações e alterações de distribuição espacial podiam, por conseguinte, tornar mais complexos os processos de avaliação das unidades populacionais, exigindo uma adaptação contínua dos modelos e das metodologias utilizados pelos cientistas das pescas. Em resposta à intervenção do Sr. Pedro Melo, referiu que todos os fatores por ele mencionados afetavam a qualidade de vida das espécies marinhas, das quais dependiam tanto para a segurança alimentar como para a segurança económica. Acrescentou que, quando se pensava em lixo marinho, em particular em plásticos, era importante lembrar que aqueles eram produtos derivados do carbono: a sua produção implicava a extração de carbono e, à medida que se degradavam no oceano, iam libertando dióxido de carbono de volta para a atmosfera, alimentando um ciclo vicioso. Sublinhou, assim, que a utilização massiva de plástico estava ligada não só à poluição marinha, mas também ao agravamento das emissões de carbono associadas às alterações climáticas.

O Sr. David Pavón agradeceu as respostas prestadas e referiu que ainda havia tempo para mais questões por parte dos membros, mas pediu brevidade.

O Sr. Nicolas Blanc (*SCIAENA*) retomou a referência feita pela oradora à necessidade de uma abordagem de precaução e perguntou, na sua perspetiva, o que é que essa situação implicava, a curto prazo, em termos de gestão das pescas, nomeadamente no que respeitava às unidades populacionais altamente migratórias.

O Sr. João Delgado (*Mútua dos Pescadores*) agradeceu a apresentação do estudo, que qualificou como sendo de grande qualidade e capaz de suscitar uma reflexão profunda. Questionou quais foram os principais obstáculos encontrados que impediram a plena implementação do plano de ação proposto. Perguntou ainda se, nas reuniões que têm sido realizadas com os gestores das pescas, são igualmente envolvidos cientistas sociais, de forma a melhor compreender os impactes das futuras alterações na gestão das pescarias sobre as comunidades. Em seguida, deixou uma consideração de carácter mais geral, sublinhando a importância de estudar e investigar todas estas transformações, tanto ao nível do oceano como das

comunidades costeiras, sem perder de vista que tudo está ligado ao modelo económico dominante. Interrogou-se, a este respeito, sobre se estamos verdadeiramente preparados para alterar os nossos hábitos de consumo, condição que considerou essencial para que o modelo se possa transformar e, assim, reduzir os impactes sobre o oceano.

O Sr. Tony Nalovic (*Trans Océans Tortues Marines*) referiu representar um novo membro do CCRUP e apresentou-se, indicando que anteriormente trabalhava para o *CRPMEM Guyane* e que atualmente representava a associação *Trans Océans Tortues Marines (TOTM)*, uma ONG criada em 2019 que reúne atores dos territórios franceses dedicados ao estudo e à conservação das tartarugas marinhas. Explicou que a TOTM trabalhava em vários territórios ultramarinos franceses, incluindo a Guyane Francesa, com foco particular na tartaruga de couro (*Dermochelys coriacea*). Recordou que o CCRUP tinha incentivado a integração de uma abordagem ecossistémica na gestão das pescas e sublinhou, naquele contexto, a importância das tartarugas marinhas. Referiu que as tartarugas de couro se alimentam quase exclusivamente de medusas, enquanto estas, por sua vez, consumiam ovos e larvas de peixe, incluindo de espécies exploradas pela ICCAT, o que criava uma ligação ecológica direta entre a conservação das tartarugas e a sustentabilidade dos recursos haliêuticos. Observou que, apesar de se falar cada vez mais em “gelificação” do oceano, com proliferação de medusas em várias regiões, as populações de tartaruga de couro encontrava-se em níveis historicamente baixos em praticamente todas as bacias oceânicas. Referiu que, no terreno, nomeadamente na Guyane Francesa, aquela realidade se traduzia numa queda muito acentuada do número de ninhos observados: em certas praias, onde havia cerca de quinze anos se registavam dezenas de milhares de ninhos por época, atualmente apenas se contavam algumas dezenas, ilustrando um colapso dramático das populações reprodutoras. Informou que os membros da TOTM, presentes em vários territórios franceses, partilhavam plenamente o objetivo do SCRS da ICCAT de considerar os impactes potenciais das alterações climáticas nas espécies-alvo e não-alvo, incluindo as tartarugas marinhas. Nesse sentido, perguntou se o SCRS estaria disponível para retomar o exercício de avaliação rápida de risco dos impactes das pescarias da ICCAT sobre a tartaruga de couro, trabalho que tinha sido iniciado em 2013–2014, mas que não tinha sido plenamente concretizado, e que considerou particularmente importante relançar à luz do agravamento recente do estado de conservação da espécie.

A Sra. Kelly Kryc referiu que a incerteza tem sido um elemento particularmente desafiante para os cientistas do clima, embora atualmente exista um grau de confiança nos modelos de projeção futura muito superior ao do passado. Considerou que a inteligência artificial terá um papel crítico no reforço da nossa capacidade de compreender o mundo, de forma mais rápida e potencialmente mais rigorosa, sublinhando que este é um domínio em rápida evolução.

Acrescentou que, no contexto da ICCAT, uma das prioridades é precisamente trazer cientistas de diferentes áreas para o centro do diálogo, de modo a integrar melhor estes novos conhecimentos nos processos de gestão. Indicou que gostava de pensar que hoje estavam menos incertos do que antes, mas reconheceu que a velocidade a que as mudanças se estavam a verificar era surpreendente e que também os próprios cientistas do clima estavam ainda a aprender e a adaptar as suas abordagens aquela nova realidade. Em relação à pergunta sobre os obstáculos à implementação do plano de ação, a Sra. Kelly Kryc explicou que, na verdade, o plano acabou por ser aprovado, pelo que se encontrava atualmente em fase de implementação. Referiu que houve um debate muito intenso durante o processo, uma vez que diferentes países tinham pontos de vista distintos — incluindo o próprio país da oradora, cujo posicionamento evoluiu ao longo das discussões. Sublinhou que aquele era um diálogo contínuo e em constante progressão. Acrescentou que uma das dificuldades recorrentes nas RFMOs era a tendência para expandir progressivamente o âmbito das tarefas atribuídas aos seus órgãos científicos e de gestão — um fenómeno que descreveu como *mission creep*. Indicou que se continuava a pedir ao SCRS e à ICCAT que fizessem mais, apesar de trabalharem essencialmente com os mesmos recursos humanos e financeiros. Recordou que aquelas responsabilidades acrescidas não estavam previstas na convenção quando a ICCAT foi criada, razão pela qual sentia como natural que ambas as entidades expressassem preocupações quanto à disponibilidade de recursos adequados, bem como quanto à necessidade de envolver os especialistas certos para responder a estas novas exigências. Sobre a questão de estarmos ou não preparados, enquanto sociedade, para alterar hábitos de consumo, afirmou não saber se aquela transição estava realmente a acontecer ao ritmo necessário, mas expressou esperança de que se avançasse na direção certa. Considerou que as RFMOs estavam, pelo menos, a mover-se no sentido adequado ao integrarem cada vez mais as questões climáticas na gestão das pescarias. Relativamente ao papel dos cientistas sociais, explicou que aquele foi um tema que surgiu nas discussões, mas reconheceu que os especialistas não tinham, tradicionalmente, uma participação ativa nos trabalhos da Comissão. Por isso, a questão que se colocava agora era como trazer aqueles perfis para dentro do diálogo, de modo a compreender melhor os impactos sociais e económicos das alterações climáticas e das medidas de gestão adotadas. Em relação à intervenção do Sr. Tony Nalovic, considerou que a questão colocada seria mais adequadamente respondida pelo Sr. Craig Brown, remetendo para este a possibilidade de prestar esclarecimentos adicionais.

O Sr. Craig Brown em relação ao pedido de retomar uma avaliação rápida de risco sobre tartarugas marinhas, explicou que esse tipo de trabalho é conduzido pelo Subcomité de Ecossistemas e que já foram realizadas avaliações semelhantes no passado. Indicou que o SCRS mantém abertura para explorar novas direções de trabalho neste domínio, na medida do possível, tendo em conta o volume já muito elevado de tarefas em curso. Sublinhou que a ICCAT tem

desenvolvido, há vários anos, trabalhos avançados sobre tartarugas marinhas, beneficiando de dados recolhidos com o contributo voluntário das partes contratantes cooperantes e do próprio setor, o que permitiu melhorar significativamente o conhecimento sobre a distribuição das interações entre as pescarias da ICCAT e as tartarugas marinhas, tanto no Atlântico como no Mediterrâneo. Considerou que a melhor forma de avançar passa pelos cientistas prepararem propostas concretas e informação de base para eventual atualização dessas avaliações, concluindo que a realização de um novo exercício de *rapid risk assessment* (avaliação rápida de risco) era, em princípio, uma possibilidade.

Pontos de acção:

Não foi determinado nenhum ponto de ação para este tema.

4. **Apresentação das vantagens da gestão multiespécie dos atuns tropicais e o impacto nas pescarias das RUPs** : Craig Brown (*Standing Committee on Research and Statistics –SCRS*)-;

O Sr. Craig Brown agradeceu o convite e referiu que aquela reunião se tratava de uma excelente oportunidade para conhecer melhor o trabalho de todos os colaboradores e as partes envolvidas nas pescas, setor que foi o foco principal da sua carreira. Explicou que trabalhava em questões ligadas à Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) há cerca de quarenta anos e que participava nas respetivas reuniões há aproximadamente trinta e cinco anos. Durante cerca de treze anos, presidiu ao grupo do *Atlantic Ocean Tropical Tuna Tagging Programme* (AOTTP), no seio do ICCAT-SCRS, e posteriormente exerceu funções semelhantes como presidente da delegação científica dos Estados Unidos junto do ICCAT-SCRS, atuando igualmente como assessor científico da delegação norte-americana. Referiu ter tido a oportunidade de compreender, a partir dessa experiência, o modo como o aconselhamento científico era considerado ao nível da ICCAT e começou a sua apresentação afirmando que a considerava muito relevante e que se centrava na pesca de atuns tropicais e na pesca associada aos *Dispositivos de Concentração de Pescado* (DCPs). Reconheceu que aquele tema não se enquadrava totalmente no âmbito específico do grupo de trabalho de pesca de pelágicos, mas salientou que tinha impactes diretos nas pescas em geral. Considerou ainda que as pescas de atuns tropicais eram as mais difíceis de avaliar cientificamente, dada a diversidade de artes de pesca e contextos regionais na área do ICCAT. Apresentou, como estudo de caso, a situação dos atuns tropicais no Atlântico, em particular o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*) do Atlântico Oeste, explicando que este era gerido separadamente do atum bonito do Atlântico Este. Referiu que, em 2022, foi possível, pela primeira vez, obter uma estimativa do estado das unidades populacionais

de atum bonito, utilizando modelos que permitiram determinar a biomassa necessária para garantir o rendimento máximo sustentável (MSY). Explicou ainda através de gráficos, que indicavam uma probabilidade de 78% de a unidade populacional se encontrar em bom estado. Em relação ao Galha-à-ré (*Thunnus albacares*), afirmou que, apesar de as capturas recentes terem ultrapassado o limite recomendado pela ICCAT, as avaliações indicavam que a unidade populacional se encontrava maioritariamente em bom estado. Sobre o atum patudo (*Thunnus obesus*), explicou que as capturas tinham atingido picos elevados no passado, mas que nos últimos anos se encontravam abaixo do limite estabelecido. Fez uma análise da evolução do tamanho médio dos peixes capturados e explicou o impacto do aumento da pesca associada aos DCPs desde os anos 90, que levou a um maior número de capturas de exemplares juvenis, com consequências para o MSY e para a biomassa reprodutiva. Referiu também que a ICCAT tinha implementado várias medidas para reduzir a mortalidade de juvenis, incluindo moratórias sazonais e zonas de restrição para a utilização de DCPs e que, embora os resultados iniciais mostrassem alguma redução das capturas no primeiro trimestre do ano, ainda seria necessário mais tempo para avaliar plenamente os efeitos daquelas medidas. Apresentou alguns exercícios de simulação que analisavam diferentes cenários de encerramento temporal da pesca, demonstrando que medidas de um a três meses poderiam contribuir para manter as unidades populacionais em níveis sustentáveis. Abordou ainda o trabalho em curso no desenvolvimento da Avaliação de Estratégias de Gestão (MSE) para as unidades populacionais do Galha-à-ré, do patudo e do bonito no Atlântico e descreveu o MSE como uma ferramenta de simulação que permitia testar diferentes procedimentos, avaliando a sua eficácia e robustez perante diversas incertezas científicas e ambientais. Salientou que aquele processo facilitava a transparência e a confiança nas decisões da ICCAT, ao permitir que os resultados científicos fossem compreendidos e debatidos pelos órgãos consultivos e pelas partes interessadas. Concluiu a sua intervenção destacando a importância da participação dos Estados-membros e dos órgãos consultivos na definição dos objetivos de gestão e na identificação das prioridades científicas, de modo a garantir a sustentabilidade das pescas e a estabilidade do setor. Informou ainda que a ICCAT vinha progressivamente a adotar uma abordagem multiespécies.

5. Perguntas e respostas;

O Sr. Gérard Zitte (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion*) afirmou que a apresentação tinha sido muito útil, mas considerou indispensável abordar a questão dos DCPs à deriva. Sublinhou a importância de deixar claro quando se tratava deste tipo de dispositivos, recordando que cada unidade representava um custo elevado e que, na

Ilha da Reunião, a ausência dessa referência tinha causado problemas a nível europeu. Por esse motivo, solicitou que, sempre que o tema fosse tratado, se especificasse que se estava a falar de DCPs à deriva.

O Sr. Jacinto Sousa (*Coopescamadeira*) afirmou que tinha gostado muito da apresentação e referiu ser pescador desde a década de 60, numa época sem quotas, quando se capturava grandes quantidades de atum patudo na Madeira e nos Açores. Explicou que, com a redução progressiva das quotas, os pescadores tentaram implementar um plano de gestão nessas duas regiões, visando prolongar o período de pesca e reduzir a captura de juvenis, estabelecendo limites por embarcação. Salientou ainda a necessidade de um tratamento diferenciado entre a pesca artesanal e seletiva, que capturava peixe de forma controlada, e a pesca industrial, que capturava grandes quantidades e afetava várias espécies.

O Sr. Craig Brown referiu que até àquele momento tinham-se focado sobretudo nos DCPs à deriva, não existindo avaliações significativas sobre DCPs fixos ou ancorados sendo que, no Atlântico Este, não se fazia grande uso de DCPs ancorados. Relativamente às questões levantadas do ponto de vista da Madeira e dos Açores, referiu que não tinha qualquer influência sobre as quotas atribuídas e que embora desconhecesse a situação específica, mencionou que o TAC do atum patudo tinha recentemente aumentado e que não havia indicação de necessidade de redução, dado que o estado das unidades populacionais se encontrava em melhor estado do que na avaliação anterior. Quanto à seletividade das artes de pesca e à redução de capturas acessórias, explicou que o subcomité de ecossistemas e capturas acessórias discutia regularmente aquelas questões, avaliando os dados disponíveis. Reconheceu, no entanto, que existiam limitações de informação e que alguns estudos tinham sido apresentados, embora de forma limitada. Concluiu que, embora fosse possível investigar aquelas questões, o SCRS não emitia atualmente recomendações específicas, limitando-se a fornecer pareceres gerais sobre taxas de capturas acessórias em diferentes espécies, pescarias e artes de pesca.

Pontos de acção:

Não foi determinado nenhum ponto de ação para este tema.

6. Resoluções adotadas na última reunião da IOTC e possível impacte nas pescas nas Regiões Ultraperiféricas (RUPs): Marco Valletta - (DGMARE-B2)

O Sr. Marco Valletta agradeceu a oportunidade de participar naquele grupo de trabalho e destacou a relevância da reunião da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), realizada em

março, na Ilha da Reunião, que tinha sido uma das mais bem-sucedidas dos últimos anos, permitindo a adoção de limites de capturas para o atum patudo e para o atum bonito. Explicou que a negociação relativamente ao atum bonito tinha sido longa e complexa, mas que tinha resultado numa atribuição de 20,3% da quota, correspondente a 125.000 toneladas, um valor superior ao que a União Europeia tinha capturado no ano anterior. Observou que a resolução não incluía uma cláusula de caducidade, garantindo estabilidade futura nos limites de captura e relativamente ao patudo, informou que tinha sido acordado um aumento de 15% do limite global, o que também se aplicava à União Europeia (UE), aproximando o limite das 20.000 toneladas. Sublinhou que os três atuns tropicais — bonito, patudo e o galha-à-ré — passavam a ter limites de captura formalmente estabelecidos, o que beneficiava a sustentabilidade e dava previsibilidade à frota europeia. Observou, porém, que continuavam a existir objeções, em especial da parte da Índia, Somália e Coreia, e que persistiam desafios no que respeitava ao galha-à-ré, cuja unidade populacional ainda carecia de base científica consolidada. Apresentou também os resultados relacionados com os tubarões e afirmou que a proposta da UE sobre a obrigação de manter as barbatanas naturalmente não teve plena aceitação. Ainda sobre os tubarões, assinalou como positivo o facto de ter sido adotada uma resolução sobre o anequim de barbatana curta (*Isurus oxyrinchus*), que estabelecia a proibição de retenção de tubarões vivos a bordo. Indicou, ainda, que não tinham sido aprovadas propostas relativas à criação de uma categoria específica para embarcações destinadas à recolha de gordura de pescado, nem medidas sobre inspeções a bordo ou sobre redes de cerco, devido à oposição de várias CPCs. Considerou que o carácter construtivo da reunião demonstrava que a estratégia adotada pela UE — menos conflituosa e mais cooperante com certos membros-chave — estava a produzir resultados. Assinalou ainda que 2026 seria o ano de entrada em vigor do registo de DCPs, cujo desenvolvimento estava a ser trabalhado com os Estados-Membros e partes interessadas.

7. Perguntas e respostas:

O Sr. Bruno Langlade (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) interveio sobre a questão das quotas do atum galha-à-ré e ao patudo no Oceano Índico, nomeadamente no que dizia respeito às quotas atribuídas à Ilha da Reunião. Esclareceu que, em 2025, a frota daquela região a operar no Oceano Índico tinha registado uma atividade de pesca produtiva, apesar da passagem do ciclone Garance no início do ano. Contudo, a pescaria da Ilha da Reunião encontrava-se numa situação de paralisação total da frota, sendo urgente a atribuição de quotas adicionais. Explicou que a situação resultava sobretudo de quotas insuficientes, tendo em conta que a atribuição se baseava no histórico dos anos de 2017 a 2021, constituindo a altura mais desfavorável e que se a atribuição tivesse sido feita com base em anos

mais recentes, as quotas seriam certamente mais adequadas às necessidades da frota. Referiu que, desde o início do ano de 2025, se tinham realizado trocas de quotas com frotas espanholas: a primeira, em junho, que permitiu trocar galha-à-ré por 75 toneladas de patudo, e a segunda, em agosto, que permitiu mais 50 toneladas além das 75 iniciais, permitindo à frota continuar a pesca temporariamente. Apesar disso, a quota terminou novamente e as embarcações voltaram a estar paradas. Descreveu a situação como crítica, por ser a primeira vez que as tripulações enfrentavam uma paralisação da pesca, apesar da temporada promissora e afirmou que não estavam contra a atribuição de quotas ou a sua implementação, mas que a distribuição atual estava a criar problemas operacionais. A solução por ele apresentada consistia em recuperar cerca de 90 toneladas adicionais de albacora, permitindo que a frota completasse o ano com aproximadamente 670 toneladas, para que as embarcações pudessem retomar a pesca nas águas locais e recordou que a quota inicial era de 704 toneladas, antes de ser trocada parcialmente por patudo. Salientou a contradição existente entre a política europeia, que incentiva a soberania alimentar nos territórios insulares e a impossibilidade de fornecer produtos pesqueiros locais à população devido à limitação das quotas. Concluiu, reiterando o pedido às frotas espanholas relativamente às 70 toneladas adicionais de patudo e 90 toneladas de galha-à-ré, de forma a permitir que a frota completasse o ano e retornasse ao mar.

O Sr. Marco Valletta afirmou que reconhecia que se tratava de uma situação problemática, mas sublinhou ser necessário clarificar as responsabilidades de cada entidade. Explicou que a Comissão Europeia não decidia a distribuição das quotas entre França e Espanha, sendo essa uma decisão tomada diretamente pelos Estados-Membros. Afirmou que naquele caso específico, a questão devia ser resolvida a nível nacional, na distribuição interna em França, e posteriormente através de relações bilaterais entre França, Espanha e outras frotas presentes no Oceano Índico. Reforçou que o papel da Comissão Europeia consistia em assegurar a maior quota possível para a União Europeia e que a sua participação na distribuição era institucional, mas que a decisão final competia sobretudo aos Estados-Membros e que se encontravam em conversações com outros Estados-Membros no sentido de encontrarem mecanismos para garantir uma distribuição justa, que contemplasse também as necessidades históricas da frota. Concluiu afirmando que, no curto prazo, a forma mais eficaz de encontrar soluções imediatas seria através de trocas entre frotas, enquanto, que a longo prazo, poderia ser necessário renegociar a distribuição entre os diferentes segmentos da frota, salientando novamente que tal não constituía uma decisão da Comissão Europeia.

O Sr. Jean Michel Cotrebil (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) referiu que, no que respeitava à observação da corrente migratória, a nível da pesca, tinha-se verificado desde 2020 uma alteração nos padrões de migração e como tal,

questionou se existiam estudos científicos sobre a corrente migratória dos atuns, apontando que, da sua experiência, mesmo quando se solicitava a realização de estudos científicos nos territórios locais, os pedidos eram frequentemente bloqueados pelo Estado-Membro, impedindo o avanço da investigação. Referiu igualmente que mesmo quando as Coletividades Territoriais pretendiam investir em investigação, enfrentavam bloqueios que impediam a obtenção de informação essencial para compreender a situação local de forma equilibrada e transparente. Afirmou que nos últimos três anos, ainda não se tinha estabelecido um diálogo efetivo sobre a distinção entre DCPs ancorados e DCPs à deriva, não financiados por fundos europeus. Explicou que todos os DCPs construídos na Martinica tinham sido financiados exclusivamente pelos próprios pescadores.

O Sr. Marco Valletta afirmou que a variabilidade espacial das áreas de pesca era um fenómeno conhecido por todos os que exerciam a atividade e que recentemente, se tinha observado uma variabilidade ainda mais acentuada, provavelmente associada às condições climáticas. Indicou que estavam a ser realizados diversos estudos sobre esta matéria e que existia, por parte da União Europeia, uma forte aposta na promoção de investigação relacionada com as alterações climáticas. Mencionou ainda que aquela tendência já tinha sido identificada no Atlântico e no Pacífico, onde se tinham verificado alterações significativas na distribuição da biomassa do atum. Os estudos começavam agora a apresentar resultados mais concretos e manifestou a expectativa de que, no futuro, permitissem compreender de forma clara de que modo as alterações climáticas influenciavam a variabilidade das zonas de pesca, o recrutamento das unidades populacionais e, conseqüentemente, os resultados da atividade piscatória.

Pontos de acção:

Não foi determinado nenhum ponto de acção para este tema.

8. Debate entre os membros sobre a sensibilização para os produtos frescos da pesca das Regiões Ultraperiféricas, a nível local e da UE, através da criação de um logótipo/sinal/marca geográfica;

O Sr. David Pávon afirmou que gostaria de começar por ouvir as ideias de todos os presentes e em que direção se poderia avançar para valorizar e requalificar a comercialização do pescado, nomeadamente através de rotulagem ou outras formas de diferenciação. Convidou então os participantes a apresentarem sugestões, e iniciou a discussão dando o exemplo das Canárias, onde enfrentavam um problema significativo. Recordou que, no dia anterior, um investigador da Universidade de La Laguna, o Doutor José Pascual, antropólogo com longa

experiência no estudo da comercialização, tinha apresentado dados que evidenciavam que o arquipélago praticamente não dispunha de capacidade de transformação do pescado. Esclareceu que, embora as Canárias produzissem várias toneladas de peixe, cerca de 85% da produção era exportada, por inexistir capacidade de absorção local. Contudo, grande parte desse pescado era posteriormente transformado no exterior e reimportado, o que considerou contraproducente, quer do ponto de vista económico, quer ambiental, referindo que tal prática não contribuía para a redução da pegada de carbono, nem para a economia circular ou azul. Economicamente, o pescado saía com um determinado valor e regressava sem gerar qualquer retorno para a economia regional ou local. Comparou esta situação com a situação dos Açores, que, segundo referiu, tinham conseguido manter a atividade de transformação, ao contrário das Canárias, onde as antigas fábricas se tinham deslocado para países terceiros, em busca de mão de obra mais barata. Considerou que um dos grandes desafios das Canárias era precisamente recuperar a capacidade de transformação para aproveitar localmente uma maior parte da produção. Acrescentou ainda que a articulação entre a pesca, a comercialização e o turismo apresentava um forte potencial, uma vez que o turismo atual procurava cada vez mais experiências autênticas e locais. Os visitantes valorizavam a possibilidade de consumir produtos locais e viver experiências culinárias únicas, próprias do território visitado. Considerou, por isso, fundamental criar uma marca ou selo distintivo que permitisse identificar de imediato o pescado local, reforçando a diferenciação face a concorrentes e valorizando o produto perante consumidores e visitantes. Concluiu defendendo que aquela estratégia permitiria aumentar o valor económico do pescado e a sua perceção junto dos consumidores, sublinhando que, muitas vezes, a diferenciação não estava apenas no produto, mas na forma como era comunicado, reconhecido e apreciado.

O Sr, Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) começou por salientar que existiam realidades muito distintas entre as regiões representadas. Explicou que, no caso dos Açores, o consumo interno não permitia absorver a totalidade do pescado, nem existia um poder de compra suficientemente elevado para valorizar o produto no mercado regional e que por isso era necessário trabalhar diversas soluções em simultâneo. Referiu que, no contexto açoriano, tinha algumas reservas quanto à criação imediata de um selo de origem ou de qualidade, sem que antes fossem asseguradas as condições necessárias para colocar o produto nos mercados que mais valorizavam o pescado açoriano. Afirmou que o setor enfrentava vários desafios estruturais que precisavam de avançar em paralelo nomeadamente a melhoria da qualidade da captura - área onde, afirmou, ainda havia margem significativa de progresso; a resolução de constrangimentos logísticos e o desenvolvimento de uma marca distinta que diferenciasses o pescado açoriano nos mercados externos. Alertou para a evolução do turismo nos Açores, cuja procura crescente tenderia a aumentar o consumo interno de pescado, pelo que

seria necessário valorizar o produto local, promovendo a diferenciação entre espécies e maximizando o valor de cada uma. Os Açores ainda importavam pequenas quantidades de peixe, sobretudo para transformação, o que reforçava a necessidade de distinguir claramente entre pescado selvagem e produto de aquicultura. Referiu o exemplo do salmão (*Salmo salar*), frequentemente percecionado pelos consumidores como peixe fresco e selvagem, quando na realidade não o era, pelo que era essencial trabalhar a literacia e a valorização do pescado local. Sublinhou ainda que a criação de qualquer marca regional exigia como pré-condição uma cadeia logística eficiente, afirmando que nada seria mais prejudicial, do que promover um produto e, posteriormente, não conseguir garantir o seu acesso aos mercados relevantes e que a rotulagem prática, aplicável e inviolável era um desafio. Notou que certas espécies, devido à fragilidade da pele, não permitiam a aplicação de etiquetas tradicionais. Concluiu afirmando que existia uma multiplicidade de fatores a considerar e que, dadas as diferentes realidades representadas, a discussão poderia prolongar-se durante meses até serem alcançadas soluções.

O Sr. Felipe Fuentes (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife*) referiu que qualquer estratégia daquela natureza deveria iniciar-se por uma primeira fase de definição dos objetivos, definindo: o que se pretendia alcançar e em que direção se desejava valorizar a comercialização do pescado, nomeadamente através de mecanismos de diferenciação, como marcas ou outros identificadores. Indicou que, apenas após essa clarificação, seria possível desenvolver uma segunda fase dedicada ao estudo das condições logísticas e, posteriormente, avançar para uma terceira fase, assente no uso de instrumentos como rótulos ou selos distintivos, que permitissem ao consumidor identificar rapidamente um produto de qualidade, em conformidade com a estratégia definida. Assinalou ainda que, paralelamente, seria sempre necessária uma componente de promoção. Recordou que o Doutor. José Pascual, que tinha intervindo na reunião do dia anterior, estudava há cerca de três décadas, a comercialização de produtos da pesca e a relevância da valorização adicional daqueles produtos. Observou que, no caso das Canárias, o aumento significativo do turismo, que tinha passado de cerca de 12,5 milhões de visitantes em 2015 para quase 18 milhões em 2025, criava simultaneamente vantagens e desafios e que, somados aos residentes — cerca de 2 milhões —, existia um universo de aproximadamente 20 milhões de pessoas a circular anualmente pelo arquipélago, o que deveria ser considerado na definição de estratégias de comercialização do atum. Comparou essa realidade com a das Canárias, onde cerca de 85% do atum capturado era exportado e regressava sob a forma de produto transformado, situação que considerou semelhante à observada em alguns países africanos. Informou que, após vários anos a estudar soluções para melhorar a comercialização, concluíra que seria essencial transformar o atum fresco — um produto perecível — numa forma diferenciada e duradoura, nomeadamente através da produção de conservas, dado que estas conferiam vários anos de validade. Sublinhou, porém,

que tal conserva teria de apresentar um carácter distinto para se diferenciar dos produtos industriais altamente competitivos disponíveis no mercado internacional. Os produtos transformados poderiam constituir um setor secundário não invasivo, gerador de emprego local e adequado à realidade insular e por isso, defendeu a necessidade de uma aposta política clara na criação de produtos próprios, que valorizassem os recursos locais e reforçassem a economia regional. Concluiu apresentando uma estimativa: considerando uma lata com 250 gramas de atum e um universo potencial de 18 milhões de turistas, o consumo poderia ascender a cerca de 4,5 milhões de quilogramas de produto líquido, o que representaria aproximadamente 5 a 6 milhões de quilogramas em peso bruto. Considerou que este potencial justificava o desenvolvimento de unidades de transformação nas ilhas, permitindo aproveitar a condição insular como fator diferenciador, promovendo a economia local.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) afirmou que aquele era um tema de natureza quase existencial para o setor tendo em conta a complexa realidade das várias regiões representadas naquele Conselho Consultivo. Sublinhou, antes de mais, que a sua visão estava alinhada com a criação de um modelo ou selo diferenciador que qualificasse e promovesse os produtos da pesca provenientes das regiões ultraperiféricas da União Europeia. Indicou, contudo, que essa ambição exigia, como condição prévia e essencial, a garantia de acesso aos recursos e que sem esse acesso — e sem uma diferenciação que atendesse aos métodos de pesca utilizados, ao grau de sustentabilidade ambiental, bem como ao carácter mais artesanal ou industrial das frotas — dificilmente seria possível avançar para um modelo equilibrado e coerente com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Recordou que, conforme referido pelo Sr. Jacinto Sousa, muitos segmentos da pesca continuavam a operar com métodos semelhantes aos utilizados há 70, 80 ou 100 anos, o que deveria ter impacte na forma como eram geridas as quotas e possibilidades de pesca, distinguindo-se claramente artes e métodos prejudiciais ao desenvolvimento sustentável dos recursos. Assinalou, igualmente, que era fundamental salvaguardar o direito das populações das regiões ultraperiféricas a serem abastecidas com pescado local e que aquele direito nem sempre estava garantido, como se tinha verificado em algumas visitas realizadas, nomeadamente a *Mayotte*, onde, apesar da abundância de recursos, havia uma incapacidade prática de abastecer a região, conduzindo-a à necessidade recorrente de importar pescado que podia ser produzido localmente. Chamou ainda a atenção para o défice das balanças comerciais dos Estados-Membros e, em particular, das regiões representadas e deu o exemplo de Portugal, cujo défice da balança comercial do pescado tinha ultrapassado 1 200 milhões de euros em 2024. Defendeu que, também ao nível regional, seria essencial compreender a relação histórica entre produção e comercialização e a forma como o valor era distribuído ao longo da cadeia. Indicou que estudos recentes demonstravam diferenças significativas entre os preços na primeira venda e os preços pagos pelo consumidor final,

situação que exigia reequilíbrios para garantir a viabilidade económica tanto da produção como da comercialização. Sublinhou ainda que o poder de compra dos consumidores, fortemente condicionado pelos níveis salariais, tinha impacte direto no consumo de pescado de maior valor acrescentado e que em países com salários médios mais baixos, como Portugal, o acesso a pescado de elevada qualidade era limitado, sendo grande parte destinado à exportação. Acrescentou ainda que, para ultrapassar aquelas dificuldades, seria imprescindível uma intervenção decidida dos governos regionais, nomeadamente na resolução das questões logísticas, garantindo que o pescado das regiões ultraperiféricas chegasse aos mercados com a necessária rapidez para preservar o seu valor. Defendeu também o reforço do consumo interno, através de campanhas sistemáticas dirigidas às escolas e demais estruturas públicas, com vista a alterar hábitos alimentares e exemplificou com o caso do salmão, cujo consumo em Portugal era residual até ao final da década de 1990, tendo crescido exponencialmente devido a campanhas de comercialização bem estruturadas. Concluiu defendendo que, uma vez garantidos os acessos aos recursos, a resolução dos desafios logísticos, o reforço do consumo interno e uma estratégia clara de promoção externa, seria finalmente possível criar uma marca regional diferenciadora, capaz de valorizar os produtos das regiões ultraperiféricas, assegurando simultaneamente a viabilidade da produção, da comercialização e a satisfação das necessidades dos consumidores.

O Sr. Jacinto Sousa (CopescaMadeira) salientou que era fundamental passar da teoria à prática e que já tinham sido feitas abordagens às associações do setor, com o objetivo de sensibilizar os pescadores para a necessidade de melhorar os cuidados com o peixe a bordo, de forma a permitir, posteriormente, a sua valorização e eventual exportação. Informou que essa sensibilização tinha começado em 2023 e que alguns pescadores tinham colaborado (cerca de quatro ou cinco), permitindo avançar com o projeto. Explicou também que, entre 2023 e 2025, foi possível exportar peixe para Espanha, nomeadamente para o mercado de Madrid, ainda que com meios logísticos muito limitados e que o objetivo era valorizar o pescado e garantir que os benefícios reverteriam para os armadores que colaboraram, dado que a associação não obtinha lucros da atividade da pesca. Os resultados foram muito positivos: o preço médio do atum, que em 2023 rondava os 2,5 a 3 euros por quilo, passou a situar-se entre 4,5 e 5 euros por quilo. Reforçou que aquela valorização só tinha sido possível graças ao empenho dos pescadores no correto manuseamento do pescado a bordo — captura, abate, acondicionamento e conservação com gelo — permitindo assegurar uma qualidade superior, reconhecida pelos próprios compradores em Madrid. Acrescentou ainda que foram atribuídos mais de 50 cêntimos por quilo diretamente aos pescadores, como incentivo pela melhoria dos procedimentos de manuseamento e conservação do pescado. Apelou aos colegas dos Açores para que se juntassem àquela iniciativa, sublinhando a importância de manter a qualidade do pescado e reiterando que pretendiam continuar aquele trabalho em 2026, dada a boa experiência obtida entre 2022 e 2025.

O Sr. Juan José Verdu (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de las Palmas*) afirmou que apesar de se ter destacado a qualidade, a comercialização e o valor dos produtos, aquelas características apenas se refletiam verdadeiramente quando associadas a um logótipo que garantisse diferenciação, qualidade e boas práticas de comercialização. Sublinhou que não adiantava uma determinada RUP cumprir todos os procedimentos, desde a captura até à comercialização, dignificando o logótipo, se outra RUP não seguisse qualquer protocolo e apresentasse peixe em condições inadequadas. Alertou que, nessa situação, o logótipo poderia perder credibilidade imediatamente, uma vez que a sua imagem ficaria associada a uma qualidade inferior. Considerou, por isso, que, para existir um logótipo comum a nível europeu que incluísse as RUPs, deveria igualmente existir um protocolo comum de tratamento do pescado, definindo critérios mínimos para a utilização desse logótipo e que, caso tais critérios não fossem cumpridos, a utilização do logótipo não deveria ser permitida.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que era essencial considerar, antes de mais, as infraestruturas necessárias, bem como uma rede de transporte capaz de garantir o tratamento do pescado em condições adequadas de qualidade. Sublinhou também a necessidade de existirem medidas europeias que permitissem às regiões ultraperiféricas dispor de valores competitivos semelhantes aos de outros mercados, dado que a competitividade daquelas regiões no mercado europeu era, de facto, bastante reduzida por razões amplamente conhecidas. Reforçou ainda a importância de chegar às gerações mais jovens através das escolas, incentivando o consumo de pescado e sensibilizando para os benefícios da sua ingestão, cada vez mais jovens deixavam de consumir peixe, substituindo-o por produtos processados de menor valor nutricional. Defendeu, por isso, que, antes de se avançar com selos e certificações, seria fundamental criar condições para aumentar o consumo do produto, afirmando que pouco adiantaria desenvolver selos de qualidade se o consumo não acompanhasse aquele esforço. Referiu que o tema tinha sido debatido ao longo de vários anos, sem que tivesse sido possível alcançar consenso, e considerou que cada região deveria adotar o seu próprio modelo ou selo, ajustado à sua realidade, uma vez que muitas espécies existentes numa região não existiam noutras, dificultando a criação de um selo único aplicável a todas.

O Sr. Jean-Michel Cotreuil informou que, recentemente, em França, sete municípios tinham decidido retirar o atum das ementas escolares, o que tinha causado um impacto significativo nas vendas. Manifestou preocupação com esta situação, alertando que, caso a tendência se generalizasse, poderia comprometer gravemente a atividade da pesca, incluindo nas regiões ultraperiféricas. Reiterou o seu apoio aos sistemas de rotulagem, mas questionou como se deveria proceder perante este novo contexto.

O Sr. Pedro Melo defendeu que o tema deveria voltar a ser tratado de forma específica,

sem apresentações extensas, para permitir maior espaço de discussão e que concordava com a possibilidade de cada região ter o seu próprio selo, mas alertou que tal modelo poderia coexistir com um selo comum europeu acompanhado de informação adicional sobre a região. Sublinhou a necessidade de abordar o tema de forma estruturada, identificando os objetivos prioritários. Assinalou ainda que a disponibilidade de pescado dentro da própria Região não garantia o respetivo consumo local, uma vez que parte do produto podia ser adquirida por consumidores de fora, enquanto alguns residentes tinham dificuldades em aceder ao mesmo por falta de capacidade financeira. Deu como exemplo o caso das escolas e hospitais, onde o preço máximo permitido por refeição – como acontecia nos Açores, com o limite de 2,20 € – tornava praticamente impossível incluir pescado valorizado. Sublinhou que as campanhas de promoção do consumo de peixe não podiam ter uma duração reduzida, como campanhas de 15 dias, por serem ineficazes e constituírem desperdício de recursos, tinham que ser campanhas consistentes e continuadas, com informação, qualidade e estratégias de comunicação alinhadas. Propôs a criação de um grupo de trabalho que pudesse desenvolver estas matérias de forma articulada e, numa fase posterior, realizar reuniões específicas para definição de prioridades e ações concretas.

O Sr. David Pávon afirmou que, caso fosse decidido avançar com a criação de um grupo de trabalho para aprofundar o tema, tal implicaria compromisso efetivo dos membros, salientando que existiam já vários grupos criados cujos trabalhos não tinham sido plenamente concluídos e que, caso se avançasse, deveria haver empenho real para garantir contributos e resultados.

O Sr. Bruno Langlade afirmou que já há vários anos, tinham sido iniciados trabalhos no sentido de desenvolver a transformação dos produtos locais e manifestou total concordância com a intenção dos restantes membros de reforçar aquela dinâmica através da criação de um logótipo, marca ou sinal distintivo, que permitisse valorizar a produção tanto nos mercados locais como nos mercados externos. Alertou para o facto de ter sido recentemente adotada uma resolução que, no seu entender, contrariava o que fora debatido na reunião - estava a ser solicitada a reintrodução do POSEI-Pescas, assente num modelo de 2014 que não incluía mecanismos de compensação dos excedentes destinados à transformação. Considerou que esta situação criava uma incoerência significativa, uma vez que se pretendia avançar para uma maior transformação sem prever as compensações necessárias para a viabilizar.

A Sra. Anne-France Mattlet (*Europêche*) afirmou que gostaria de voltar ao ponto referido pelo Sr. Jean-Michel Cotrebil relativamente à decisão de vários autarcas franceses de retirarem o atum das ementas escolares e salientou que a situação era motivo de grande preocupação uma vez que tinha tido origem numa organização francesa de nome *Bloom*, uma

Organização Não Governamental (ONG), ligada à International Pole and Line Foundation (IPNLF), de proteção ambiental e conservação dos oceanos, cuja finalidade era, pôr termo à atividade piscatória destrutiva. Explicou que aquela organização dispunha de uma rede extremamente influente, tanto nos meios de comunicação social como junto de decisores políticos franceses, e que estava há vários meses a tentar aplicar aquelas medidas não só em França, mas também noutros países europeus. Informou que as Ilhas Baleares já tinham começado com as mesmas orientações e que tinham sido publicados vários artigos na imprensa sobre o tema. Alertou para que o risco se estendia a outras espécies e não só ao atum. Considerou, por isso, que a resposta mais eficaz poderia ser aquela já mencionada pelo Sr. Pedro Melo: uma estratégia conjunta de comunicação em larga escala, envolvendo todas as pescarias e unidades de transformação, com o objetivo de promover, junto das populações, a importância do consumo de pescado.

O Sr. David Pávon referiu que, se fosse necessário, poderia elaborar por escrito um breve resumo do último ponto, nomeadamente o que havia sido discutido, o qual seria depois enviado ao secretariado. Assinalou que o tema, frequentemente apresentado mediaticamente como uma forma de dinamizar o consumo de atum, lhe parecia muito perigoso e muito sério e afirmou não conhecer o assunto em profundidade, mas manifestou interesse em informar-se melhor e afirmou que seria necessário avaliar de que forma poderia ser analisado e tratado, considerando a gravidade da matéria.

Pontos de ação:

O Sr. David Pávon referiu que, se fosse necessário, poderia elaborar por escrito um breve resumo do último ponto, nomeadamente o que havia sido discutido, o qual seria depois enviado ao secretariado.

Outros assuntos:

Não havendo outros assuntos, o Sr. David Pávon deu por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.

Membros efetivos:

| | |
|--|---|
| <i>Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores</i> | Pedro Melo |
| <i>Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores</i> | Pedro Capela |
| <i>Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i> | Bruno Langlade |
| <i>Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores</i> | Jorge Gonçalves |
| <i>Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza</i> | María de las Mercedes Garcias Rodríguez |
| <i>Coopescamadeira</i> | Jacinto da Silva |
| <i>Cooperativa de Pesca Açoriana</i> | Fabiana Nogueira |
| <i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique</i> | Jean-Michel Cotrebil |
| <i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion</i> | Gérard Zitte |
| <i>European Transport Workers Federation</i> | Bruno Dachicourt |
| <i>Europêche</i> | Anne-France Mattlet |
| <i>Federação das Pescas dos Açores</i> | Ruben Farias |
| <i>Federación Nacional de Cofradías de Pescadores</i> | José Basilio Otero Rodrigues |
| <i>Federación Provincial de Cofradía de Pescadores de Las Palmas</i> | Juan José Rodriguez Verdú |
| <i>Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife</i> | Felipe Fuentes |
| <i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i> | David Pávon |
| <i>Mútua dos Pescadores</i> | João Paulo Delgado |
| <i>O.P. ANACEF</i> | Juan Carlos Martin Fragueiro |
| <i>OPAGAC</i> | Julio Morón |

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| <i>Orthongel</i> | Xavier Leduc |
| <i>Sciaena</i> | Nicolas Blanc |
| <i>Trans Océans Tortues Marines</i> | Michel Nalovic |

Observadores:

| | |
|--|---------------------------|
| <i>Aquatic Life Institute</i> | Christine Xu |
| <i>BG Sea Consulting</i> | Benoît Guerin |
| Cabildo de Gran Canaria | Fernanda Marrero Escudero |
| CC SUD | María José Rico |
| CC SUD | Chloé Pocheau |
| Coopescamadeira | Lisandra Sousa |
| <i>Deutsche Stiftung Meeresschutz</i> | Iris Ziegler |
| DGMARE | Marco Valletta |
| EFCA | Pedro Galache |
| <i>International Council for the Exploration of the Sea</i> | Rui Catarino |
| <i>Standing Committee on Research and Statistics</i> | Craig Brown |
| <i>The International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas</i> | Kelly Kryc |